



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO ANALÍTICO DA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Exercício:	2013
Programa:	262-Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
Objetivo Estratégico do PPA:	11-Melhorar a prestação de serviços públicos
Tipo de Programa:	Finalístico
Origem do Programa:	A grave violação dos direitos da criança e adolescente na aplicação das medidas socioeducativas e de responsabilidade do sistema de rede de proteção que acaba não oportunizando e até vitimizando, por vezes, os jovens que são condicionados por um meio ineficaz de re(educação) e recuperação. A estatística evidencia, em números, essa situação: Mato Grosso em 2010 teve aproximadamente 52.059 boletins de ocorrências referentes a atos inflacionais, desse total 64% das ocorrências centralizam-se em quatro municípios: Cuiabá, Várzea Grande, Cáceres e Rondonópolis. Percebe-se claramente a inefetividade do Estado na aplicação dos métodos corretivos, que visem impedir que crianças e adolescentes voltem a permanecer em conflito com a lei sem ter-se oportunizado que se ressocializem e cresçam superando a vulnerabilidade social.
Objetivo do Programa:	Assegurar o respeito aos direitos da criança e adolescente.
Público Alvo:	Sociedade matogrossense
Unidade Resp. Programa:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Gestor(a) do Programa:	Silvana Correa Vianna

INDICADORES						
Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Apurado 2013	Data Apuração
Índice de ações ministeriais Fonte: GEAP	Anual	Unidade	0	11	3,00	31/12/2013

Análise de Indicadores do Programa:

Foram propostas três Ações Cíveis Públicas visando a construção de centro socioeducativo nos moldes do SINASE. O indicador proposto era de seis ações ministeriais, porém em algumas comarcas o órgão de execução conseguiu articular com o Poder Público Municipal e Estadual de forma extrajudicial, firmando termos de ajustamento de conduta e evitando, com isso, a judicialização.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DO PROGRAMA

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	120.000,00	25.678,00	25.678,00	0,00	21,40	100,00
Total	120.000,00	25.678,00	25.678,00	0,00	21,40	100,00

Execução:

Não foi necessária a utilização integral dos recursos para a realização das ações que justificaram a dotação inicial da LOA. A régua de parâmetros classifica o planejamento e programação como Alto Deficiente, apesar dessa classificação em nada compromete a atuação desta Procuradoria Especializada em suas ações, pois foram parcialmente atingidas as metas e os objetivos pretendidos, sem mesmo a necessidade da implementação de crédito orçamentários.

Resultados:

As ações executadas neste programa permitiu elevar a eficácia no sentido de atender o art. 227 da Constituição Federal, bem como o Estatuto da Criança e do Adolescente, assegurando à criança e ao adolescente, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária.

Principais restrições e providências adotadas:

Não há restrições a registrar no âmbito do Ministério Público

Outros aspectos relevantes:

Ressaltamos que diante do aumento da demanda social em busca de intervenção do Ministério Público para estabelecer a garantia dos direitos da criança e do adolescente, foram promovidas diversas ações em conjunto com órgãos diretamente ligados ao tema, formando parcerias com a Defensoria Pública Estadual, Secretarias de Estado, Justiça Federal do Trabalho, Governo do Estado de Mato Grosso, Conselhos Tutelares, os quais realizaram palestras, ações governamentais e não governamentais onde desenvolveram inúmeros trabalhos a fim de solucionar e/ou amenizar a situação na área da criança e do adolescente.



Estado de Mato Grosso

Outros produtos entregues:

Recomendações da Unidade responsável pelo programa:



Estado de Mato Grosso

Avaliação das Ações do Programa

Ação:	3845-Promoção da Proteção Sócio-Jurídica a Criança e Adolescente
Programa de Governo:	262-Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
Exercício:	2013
Tipo de Ação:	Projeto
Unidade Responsável:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Objetivo Específico:	Promover ações junto ao poder público para que as medidas socioeducativas observem os dispositivos legais da doutrina da proteção integral estabelecido pelo eca.
Produto:	Proteção efetivada
Unidade de Medida:	Unidade
Responsável pela Ação:	Silvana Correa Vianna

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	3,00
Total:	3,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
5,00	5,00	3,00	60,00	60,00

Análise da Meta Física:

Embora tenhamos proposto três ações ministeriais das cinco planejadas, o produto visado foi atingido satisfatoriamente, pois o objetivo de garantir que as medidas socioeducativas sejam cumpridas pelos adolescentes em conflito com a lei na forma preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e do SINASE foi oportunizado através de outras medidas extrajudiciais, como a pactuação em Termo de Ajuste de Conduta com os Poderes Públicos Municipal e Estadual, bem como com o cumprimento de ações propostas nos anos anteriores.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	120.000,00	25.678,00	25.678,00	0,00	21,40	100,00
Total	120.000,00	25.678,00	25.678,00	0,00	21,40	100,00

Capacidade de Planejamento - PPD:

Não foi necessária a utilização integral dos recursos para a realização das ações que justificaram a dotação inicial da LOA. A régua de parâmetros classifica o planejamento e programação como Alto Deficiente, apesar dessa classificação em nada compromete a atuação desta Procuradoria Especializada em suas ações, pois foram parcialmente atingidas as metas e os objetivos pretendidos, sem mesmo a necessidade da implementação de crédito orçamentários.

Capacidade de Execução - COFD:

Fizemos um planejamento de orçamento a maior, pois não sabíamos as dificuldades que iríamos enfrentar e as ações que seriam necessárias para a implementação do planejado. Felizmente, em razão de parcerias firmadas com outros órgãos públicos, oportunizou-se a execução do planejamento com divisão de custos entre os parceiros e redução de custos para o Ministério Público.

Alcance do Objetivo Específico:

As ações executadas neste programa permitiu elevar a eficácia no sentido de atender o art. 227 da Constituição Federal, bem como o Estatuto da Criança e do Adolescente, assegurando à criança e ao adolescente, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária.

Outros aspectos relevantes:

Recomendações da Unidade responsável pela ação:



Estado de Mato Grosso



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO ANALÍTICO DA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Exercício:	2013
Programa:	264-Desenvolvimento Institucional
Objetivo Estratégico do PPA:	11-Melhorar a prestação de serviços públicos
Tipo de Programa:	Apoio Administrativo
Origem do Programa:	Estrutura deficiente para atendimento da população matogrossense.
Objetivo do Programa:	Efetivar os direitos do cidadão.
Público Alvo:	Sociedade
Unidade Resp. Programa:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Gestor(a) do Programa:	Claudia di Giacomo Mariano

INDICADORES						
Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Apurado 2013	Data Apuração
Índice de satisfação da sociedade Fonte: MP/MT	Anual	Percentual	0	20		

Análise de Indicadores do Programa:

O Índice de satisfação da sociedade matogrossense em relação a atuação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, deixou de ser realizado devido a dificuldade encontrada no sentido de viabilizar a pesquisa.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DO PROGRAMA

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	11.044.500,00	9.927.529,66	5.783.016,63	0,00	52,36	58,25
240	300.000,00	300.000,00	118.182,50	0,00	39,39	39,39
640	0,00	2.180.000,00	1.696.644,01	0,00	0,00	77,83
Total	11.344.500,00	12.407.529,66	7.597.843,14	0,00	66,97	61,24

Execução:

Analisando a realização orçamentária e financeira do programa, observa-se que o valor empenhado foi menor do que a dotação inicial prevista, tendo a régua de parâmetros classificado a capacidade de planejamento e execução como regular. Porém, foram desenvolvidas ações específicas no presente programa atingindo as metas previstas na LOA, cujos repasses financeiros ocorreram de acordo com a programação e o cronograma.

A administração desempenhou suas atribuições com desenvoltura, celeridade, eficiência, eficácia. Principalmente, os setores administrativos envolvidos nos processos de aquisições e processamento das despesas. Os recursos humanos e materiais disponibilizados foram suficientes.

A área sistêmica da Instituição pautou o desempenho de suas atribuições com celeridade, presteza e eficiência, fundamental para o êxito das ações.

O fato de ter-se elaborado um plano de trabalho para as ações no exercício, permitiu que todos tivessem um alinhamento na fase da execução das ações reduzindo-se a morosidade.

Resultados:

Em termos de Capacitação, além dos demais treinamentos programados, seminários, congressos e cursos técnicos de pequena duração, foram adquiridas 37 vagas em cursos de especializações para membros e servidores nas áreas de: Direito de Controle Externo na Administração Pública, Direito Constitucional, Direito Processual Civil, Direito Empresarial, Direito do Consumidor e Direito Negocial, Direito Eleitoral e Improbidade Administrativa.

Ocorreram reformas e adequações em 22 unidades do Ministério Público, alcançando 10 regiões de planejamento do Estado.

Principais restrições e providências adotadas:

Outros aspectos relevantes:

Não há registro de outros aspectos relevantes. As ações foram realizadas dentro do previsto, atendendo todas as necessidades de ordem de manutenção e de funcionamento das unidades em todo o Estado.

Outros produtos entregues:



Estado de Mato Grosso

Recomendações da Unidade responsável pelo programa:



Estado de Mato Grosso

Avaliação das Ações do Programa

Ação:	3522-Apoio às Ações do Grupo de Atuação de Combate ao Crime Organizado
Programa de Governo:	264-Desenvolvimento Institucional
Exercício:	2013
Tipo de Ação:	Projeto
Unidade Responsável:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Objetivo Específico:	Desarticular 50% das organizações criminosas identificadas pelo gaeco.
Produto:	Operação realizada
Unidade de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	Marco Aurelio de Castro

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	13,00
Total:	13,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
13,00	13,00	13,00	100,00	100,00

Análise da Meta Física:

O cumprimento da Meta física estabelecida, foi cumprida em sua totalidade no ano de 2013, devido as Providências de Apoio a todas Comarcas do Estado de Mato Grosso, bem como aos Procedimentos Investigatórios Criminais instaurados no GAECO.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	1.000.000,00	1.081.050,00	1.006.517,91	0,00	100,65	93,11
Total	1.000.000,00	1.081.050,00	1.006.517,91	0,00	100,65	93,11

Capacidade de Planejamento - PPD:

O GAECO, atingiu de forma satisfatória a previsão orçamentária do exercício de 2013 em 100,65% considerado Ótimo, pelo Quadro da Realização Orçamentária e Financeira, devido a atuação incisiva e coerente deste grupo ao combate a criminalidade, através dos aprimoramentos nas investigações de inteligência nas áreas de crimes envolvendo Agentes Públicos e Narcotráfico, bem como a modalidade Novo Cangaço.

A dotação Inicial - LOA, foi suficiente para o desempenho das ações e operações deste Grupo de Atuação Especial Contra O Crime Organizado, conforme planejamento e programação da Despesa deste Órgão.

Capacidade de Execução - COFD:

Em 2013 o Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado atingiu 93,11% da Capacidade Operacional Financeira da Despesa, ao aplicar os recursos disponíveis, de forma criteriosa e responsável nas atividades desenvolvidas no combate a criminalidade em todo Estado de Mato Grosso, conforme orçamento reservado pelo governo do Estado a este Órgão, demonstrando a capacidade de execução financeira do orçamento nos desbaratamentos e desarticulações das ações criminosas identificados por este Grupo Especial o ano de 2013.

Alcance do Objetivo Específico:



Estado de Mato Grosso

Os resultados esperados ao final da implementação do Programa de Redução da Impunidade, atingiu um percentual considerando OTIMO na régua de parâmetros, devido ao fato do investimento financeiro disponibilizado a este Grupo Especial ser investido em aparelhagem técnicas fundamentais para elucidação das vertentes que norteiam a formação da estrutura do crime organizado, bem como em capacitações, pagamento de diárias, manutenção de veículos utilizados no suporte pelos Agentes Policiais a realizarem levantamentos de campo em diligências sigilosas conclusivas, a fim de logarmos êxitos nos desencadeamentos do combate a redução da impunidade, assim, podemos afirmar que tais resultados foram possíveis em face do esforço, empenho, dedicação e comprometimento desse Grupo com a sociedade Mato-grossense. Portanto, as dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual LOA ao GAECO, foram suficientes para o exercício de 2013, salientando que todos os recursos foram devidamente liberados pelos órgãos responsáveis da Procuradoria Geral de Justiça sempre que solicitados, corroborando ao êxito do objetivo da ação e satisfação no percentual almejado por este Órgão de Inteligência.

Outros aspectos relevantes:

- Desarticulação de Crime Organizado com o Tráfico ilícito de entorpecente
- Desarticulação de Crime Organizado contra Agências Bancárias e caixas eletrônicos
- Apoio as Promotorias do Estado de Mato Grosso, bem como a Instituições Públicas.
- Desarticulação de crime organizado com reflexo ao Meio Ambiente
- Crimes de exploração sexual contra crianças e adolescentes

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Aumento da Estrutura física da unidade; aquisições de equipamentos modernos na área de informática e na estrutura de equipamentos balísticos, incentivo a realização de cursos de aprimoramento e atualização na área de inteligência e infiltração, bem como nas novas tecnologias de comunicação através de aplicativos via internet, a fim de gerar aperfeiçoamento nas diligências sigilosas, fortalecendo a infraestrutura básica nas ações investigatórias, operacionais e táticas.

Ação:	3547-Gestão de Tecnologia da Informação
Programa de Governo:	264-Desenvolvimento Institucional
Exercício:	2013
Tipo de Ação:	Projeto
Unidade Responsável:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Objetivo Específico:	Implantar governança em todos os serviços e processos de tecnologia da informação do MPE/MT.
Produto:	Promotoria de justiça com atendimento regionalizado
Unidade de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	Marcio Santana Souza

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	40,00
Total:	40,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
40,00	40,00	40,00	100,00	100,00

Análise da Meta Física:

Implantamos no ano de 2013, metodologia SCRUM de gestão ágil para os projetos de TI, levando governança da tecnologia da informação à todos os processos do departamento. Além disso, criamos indicadores para o Service Desk - Central de Serviços responsável por todo e qualquer atendimento de TI desta Instituição, monitorando assim os serviços prestados pelo Departamento.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	2.270.000,00	1.570.000,00	1.565.890,00	0,00	68,98	99,74
640	0,00	1.300.000,00	1.300.000,00	0,00	0,00	100,00
Total	2.270.000,00	2.870.000,00	2.865.890,00	0,00	126,25	99,86



Estado de Mato Grosso

Capacidade de Planejamento - PPD:

Considerando o alto custo no investimento de equipamentos para suportar o processo de Virtualização, inicialmente previsto para começar em 2013, porém acompanhamos os passos do Tribunal de Justiça e portanto não foi necessário todo o investimento ainda no ano de 2013. Realizamos, assim, de maneira parcial, a fim de nos prepararmos para a mudança que se avizinha.

Capacidade de Execução - COFD:

Muito embora todos os equipamentos para virtualização não tenham sido adquiridos, outras conquistas importantes foram alcançadas por este departamento, tais como:

- Implementação de sistema processual para acompanhamento WEB pelo cidadão;
- Versão mobile do site do Ministério Público
- Iniciamos desenvolvimento de sistema para Recursos Humanos, estimado em 36 mil horas de desenvolvimento
- Instalamos novos firewalls em todas as Promotorias de Justiça do interior

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo foi alcançado integralmente, tendo em vista que cumprimos com tudo o que foi planejado

Outros aspectos relevantes:

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Ação:	3549-Implantação e Implementação das Unidades do Ministério Público em Mt.
Programa de Governo:	264-Desenvolvimento Institucional
Exercício:	2013
Tipo de Ação:	Projeto
Unidade Responsável:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Objetivo Específico:	Proporcionar melhores condições de atendimento ao cidadão.
Produto:	Promotoria de justiça implantada e implementada
Unidade de Medida:	Unidade
Responsável pela Ação:	Luiz Massao Ikeda

META FÍSICA

Região de Planejamento	Meta
REGIAO I - NOROESTE I	1,00
REGIAO II - NORTE	2,00
REGIAO V - SUDESTE	3,00
REGIAO VI - SUL	4,00
REGIAO VII - SUDOESTE	5,00
REGIAO VIII - OESTE	1,00
REGIAO IX - CENTRO OESTE	1,00
REGIAO X - CENTRO	3,00
REGIAO XI - NOROESTE II	1,00
REGIAO XII - CENTRO NORTE	1,00
Total:	22,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
32,00	32,00	22,00	68,75	68,75

Análise da Meta Física:

A execução compreendeu a reforma e ampliação das sedes das Promotorias de Justiça dos Municípios de Alta Floresta, Araputanga, Campo Novo dos Parecis, Cáceres com 3 intervenções, Guarantã do Norte, Dom Aquino, Promotoria Criminal (20ª), Pedra Preta, Juara, Nova Mutum, Diamantino, Mirassol D'Oeste, Nobres, Juína, Chapada dos Guimarães, Alto Araguaia e construção das sedes em Rosário Oeste e Tapurah. A razão pela qual não houve a execução em 100%, se deve ao fato de não ter conseguido obter êxito nos certames realizados no exercício por ausência de interesse das empreiteiras, e ainda por ter ocorrido a rescisão contratual com a empresa responsável por realizar duas das obras previstas inicialmente. Sendo assim, incluímos no planejamento de 2014 as obras que deixaram de ser realizadas em 2013.



Estado de Mato Grosso

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	7.080.000,00	6.676.672,78	2.836.967,25	0,00	40,07	42,49
640	0,00	480.000,00	386.571,51	0,00	0,00	80,54
Total	7.080.000,00	7.156.672,78	3.223.538,76	0,00	45,53	45,04

Capacidade de Planejamento - PPD:

O fato de não ter sido utilizado todo o recurso orçamentário previsto inicialmente na LOA deu-se devido ao fato de não ter conseguido obter êxito nos certames realizados no exercício por ausência de interesse das empreiteiras, e ainda por ter ocorrido a rescisão contratual com a empresa responsável por realizar duas das obras previstas inicialmente.

Capacidade de Execução - COFD:

O fato de não ter sido utilizado todo o recurso orçamentário previsto inicialmente na LOA deu-se devido ao fato de não ter conseguido obter êxito nos certames realizados no exercício por ausência de interesse das empreiteiras, e ainda por ter ocorrido a rescisão contratual com a empresa responsável por realizar duas das obras previstas inicialmente.

Alcance do Objetivo Específico:

Com a construção, reformas e ampliações das unidades do Ministério Público objetivam-se proporcionar melhores condições de atendimento ao cidadão.

Apesar de não ter sido utilizado todo o recurso disponível, este processo de prestação de serviço à sociedade é contínuo e todos os cidadãos que procuram o Ministério Público são efetivamente atendidos.

Outros aspectos relevantes:

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Ação:	3562-Apoio aos Órgãos de Execução do Ministério Público
Programa de Governo:	264-Desenvolvimento Institucional
Exercício:	2013
Tipo de Ação:	Projeto
Unidade Responsável:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Objetivo Específico:	Subsidiar as ações dos órgãos de execução do Ministério Público na atuação judicial e extrajudicial.
Produto:	Apoio técnico prestado
Unidade de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	Sergio Silva da Costa

META FÍSICA

Região de Planejamento	Meta
ESTADO	5,00
Total:	5,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
4,00	4,00	5,00	125,00	125,00

Análise da Meta Física:

A meta física foi atingida em sua totalidade, com o apoio técnico aos órgãos de execução, prestado (pesquisa jurídica; pesquisa de dados; apoio técnico pericial; monitoramento das denúncias do disque 100)



Estado de Mato Grosso

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	275.000,00	275.000,00	198.926,79	0,00	72,34	72,34
Total	275.000,00	275.000,00	198.926,79	0,00	72,34	72,34

Capacidade de Planejamento - PPD:

O desempenho acima deve-se ao fato de que no momento de elaboração do planejamento e programação da despesa foram previstas várias contratações de profissionais para os atendimentos de perícias técnicas, o que não se concretizou ao final do exercício. Novos termos de Cooperação Técnica foram firmados no ano de 2013, a exemplo das cooperações firmadas com a SEMA e IFMT, que contemplam a disponibilidade de profissionais daqueles órgãos para a realização de perícias e elaboração de pareceres técnicos, onde os custos são, basicamente, com diárias e passagens para os deslocamentos. Dessa forma, não houve aumento expressivo na contratação de profissionais e/ou empresas especializadas, para atender às Promotorias de Justiça em relação aos processos judiciais e extrajudiciais. A demanda foi suprida pelos profissionais do quadro e pelos profissionais das instituições parceiras.

Capacidade de Execução - COFD:

O desempenho da capacidade operacional financeira da despesa deve-se ao fato de que as ações foram realizadas em consonância com a nova reprogramação das despesas e os recursos foram suficientes.

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo é subsidiar as ações dos órgãos de execução do Ministério Público na atuação judicial e extrajudicial. O objetivo foi atingido com sucesso, por meio da Coordenadoria-Geral do CAOP, na medida em que foi promovida a eficácia das ações institucionais.

Outros aspectos relevantes:

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Ação:	3560-Capacitação e Aperfeiçoamento Funcional
Programa de Governo:	264-Desenvolvimento Institucional
Exercício:	2013
Tipo de Ação:	Projeto
Unidade Responsável:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Objetivo Específico:	Promover aprimoramento profissional e cultural dos servidores da instituição
Produto:	Capacitação realizada
Unidade de Medida:	Pessoa
Responsável pela Ação:	Silvana Correa Vianna

META FÍSICA

Região de Planejamento	Meta
ESTADO	488,00
Total:	488,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
350,00	350,00	488,00	139,43	139,43

Análise da Meta Física:

O planejado foi a capacitação de 300 servidores. Conseguimos capacitar 488, superando em 39,43% a meta estimada. Este desempenho deu-se ao fato da política adotada pela instituição em contratar cursos "In Company", e realizar parcerias com outras Instituições.



Estado de Mato Grosso

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	419.500,00	324.806,88	174.714,68	0,00	41,65	53,79
Total	419.500,00	324.806,88	174.714,68	0,00	41,65	53,79

Capacidade de Planejamento - PPD:

Como conseguimos fechar parcerias com outras Instituições e também a realização de cursos *¿In Company¿*, contribuíram pela não utilização da dotação orçamentária planejada.

Capacidade de Execução - COFD:

O desempenho apurado *¿Altamente Deficiente¿* dá-se ao fato de ter sido estimado valores para determinados treinamentos que não foram utilizados, tendo em vista que no decorrer da execução do planejamento algumas demandas foram alteradas tanto o tipo de treinamento quanto a forma de realização. Informo ainda que não houve prejuízo na meta, sendo a mesma alcançada com êxito.

Alcance do Objetivo Específico:

A meta física superou em 39,43% em relação a inicialmente prevista de forma que esse desempenho teve repercussão positiva na Instituição uma vez que a qualificação dos servidores tem reflexo imediato na prestação de serviço a sociedade.

Outros aspectos relevantes:

Segue alguns cursos realizados para membros e servidores: Treinamento dos Novos Servidores, Homologação das primeiras instruções normativas e apresentação do Portal do Controle Interno, Lançamento do Projeto: *¿Promotoras Legais Populares¿*, Curso de Processo Civil *¿ Aspectos Polêmico nos Tribunais*, Encontro dos Promotores de Justiça da Cidadania e do Consumidor *¿ Tema Centra: Educação para Inclusão*, 17º Reunião do Conselho Nacional do Ouvidores do Ministério Público, "Curso Prático de Direito Previdenciário - Regime Próprio de Previdência Social", Capacitação Gerenciamento de Projetos, Curso Implementação de Método de Padronização de Procedimentos, Oficina de Trabalho para Execução das Estratégias da Carta de Constituição em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente, Curso de Português *¿ Turma GAECO*, Curso de Português *¿ Servidores e Membros*, Workshop: *Você Faz a Diferença ¿ Chefes e Gerentes*, V Encontro do Tribunal do Júri, Palestra: *¿A aplicação judicial dos direitos fundamentais, o Estado e a Arte na Europa¿*, Workshop: *¿Você faz a diferença¿*, Fórum de Mobilização para redução da mortalidade materna, infantil e fetal, Encontro de Judicialização da Saúde, Curso Técnicas em Mediação - Solução de conflitos, Curso para Condutores Infratores- DETRAN/MT, XIV Encontro Estadual do Ministério Público de Mato Grosso.

Recomendações da Unidade responsável pela ação:



Estado de Mato Grosso

Ação:	3560-Capacitação e Aperfeiçoamento Funcional
Programa de Governo:	264-Desenvolvimento Institucional
Exercício:	2013
Tipo de Ação:	Projeto
Unidade Responsável:	08601-FUNDO DE APOIO AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
Objetivo Específico:	Promover aprimoramento profissional e cultural dos servidores da instituição
Produto:	Capacitação realizada
Unidade de Medida:	Pessoa
Responsável pela Ação:	Silvana Correa Vianna

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	37,00
Total:	37,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
35,00	35,00	37,00	105,71	105,71

Análise da Meta Física:

O percentual de 105,71 atingido em relação a meta prevista atendeu satisfatoriamente o planejado.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
240	300.000,00	300.000,00	118.182,50	0,00	39,39	39,39
640	0,00	400.000,00	10.072,50	0,00	0,00	2,52
Total	300.000,00	700.000,00	128.255,00	0,00	42,75	18,32

Capacidade de Planejamento - PPD:

Nem todas as despesas previstas foram executadas neste exercício tendo em vista que algumas despesas prolongou-se em sua fase de contratação, portanto restando um saldo financeiro que será utilizado no exercício vindouro. Por outro lado, esse conceito *Deficiente* não tem reflexo de forma negativa na capacidade de planejamento uma vez que as ações definidas para este exercício foram todas realizadas com sucesso.

Capacidade de Execução - COFD:

Registro que todas as ações programadas foram efetivadas conforme o planejado.

Alcance do Objetivo Específico:

O resultado foi alcançado com os treinamentos atingindo a porcentagem de servidores conforme planejado.

Outros aspectos relevantes:

Além dos treinamentos programados, foram adquiridas 37 vagas em cursos de especializações para os membros e servidores nas áreas de: Direito de Controle Externo na Administração Pública, Direito Constitucional, Direito Processual Civil, Direito Empresarial, Direito do Consumidor e Direito Negocial, Direito Eleitoral e Improbidade Administrativa.

Recomendações da Unidade responsável pela ação:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO ANALÍTICO DA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Exercício:	2013
Programa:	287-Defesa da Cidadania e Respeito aos Direitos do Cidadão
Objetivo Estratégico do PPA:	11-Melhorar a prestação de serviços públicos
Tipo de Programa:	Finalístico
Origem do Programa:	Demandas registradas pelas Promotorias de Justiça no ano de 2010, evidenciam ações empreendidas em prol dos serviços públicos relacionados aos direitos sociais. Assim, extrai-se a representatividade das demandas da seguinte forma: a) 35,76% Saúde; b) 8,49% Idoso; c) 6,79% Educação e Pessoa com Deficiência. De outro modo, as informações dos serviços públicos de saúde apontam grande demanda por cirurgias ortopédicas para atendimento das vítimas de acidentes de trânsito, sendo extraído das promotorias de justiça criminais que no ano de 2010 foram registradas 23.169 ocorrências por delitos de trânsito. Desse modo, identificado os casos de desrespeito ao cidadão e violação de seus direitos fundamentais, foi elaborado o presente programa para oportunizar o desenvolvimento de uma sociedade onde segurança, educação e saúde pública sejam direitos plenamente assegurados aos cidadãos matogrossenses.
Objetivo do Programa:	Reduzir os casos de violação aos direitos do cidadão.
Público Alvo:	Sociedade matogrossense
Unidade Resp. Programa:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Gestor(a) do Programa:	Edmilson da Costa Pereira

INDICADORES						
Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Apurado 2013	Data Apuração
Índice de resolutividade extrajudicial de cidadania Fonte: Sistema GEAP	Anual	Percentual	36	56	36,06	31/12/2013
Índice de utilização dos instrumentos de interação comunitária Fonte: Sistema GEAP	Anual	Percentual	440	500	420,00	31/12/2013

Análise de Indicadores do Programa:

Índice de resolutividade extrajudicial da cidadania:

O Ministério Público recebeu na área da cidadania 8.825 demandas em 2013, resultando na instauração de 8.357 novos procedimentos investigatórios, sendo que 3.178 foram solucionados extrajudicialmente com a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, atendimento de Notificação Recomendatória e outros meios.

Registrou-se ainda, o ajuizamento de 1397 novas ações, visando resguardar os direitos dos idosos, pessoa com deficiência, consumidor, saúde da população mato-grossense e outros assuntos afetos a área da cidadania.

Índice de utilização dos instrumentos de interação comunitária

Os dados extraídos do SIMP demonstram uma efetiva utilização dos instrumentos de interação pelos Promotores da Cidadania com população mato-grossense, no ano de 2013 foram realizadas 182 inspeções/vistorias, 224 reuniões e 14 audiências públicas, totalizando a utilização de 420 instrumentos de interação comunitária.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DO PROGRAMA

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	120.000,00	41.650,76	41.450,76	0,00	34,54	99,52
Total	120.000,00	41.650,76	41.450,76	0,00	34,54	99,52



Estado de Mato Grosso

Execução:

O plano de ação de 2013 com foco na educação foi executado dentro do planejado, várias medidas foram realizadas visando resguardar a estrutura física dos prédios escolares, acessibilidade, merenda e transporte escolar adequado.

Quanto ao custo individualizado de cada ação, as dificuldades apontadas nos anos anteriores persistem, vez que nas Promotorias de Justiça, boa parte dos custos foram alocados no Programa de Apoio Administrativo.

- Capacidade de planejamento:

Nas ações promovidas pelo Ministério Público, a utilização do meio eletrônico foi priorizado, diminuindo o custo operacional, não se fazendo necessário a utilização de todo recurso disponível (120.000,00).

- Capacidade de execução:

O desempenho da execução financeira foi realizado no prazo. O valor da dotação final é inferior devido a reprogramação de ações que envolviam custo direto e priorização de ações que demandaram atuação jurídica, cujas despesas correntes estão previstas nos custos de apoio administrativo pessoal.

Atendendo demandas provenientes das Promotorias de Justiça, medidas alternativas em prol da diminuição da judicialização na área da saúde, criação de PROCON's municipais e institucionalização do relatório de visitas às entidades de abrigo de idosos, foram executadas.

Em novembro/2013, o Seminário de Judicialização da Saúde, com a participação da sociedade civil, judiciário, membros do Ministério Público e representantes da Secretaria de Estado de Saúde, estabeleceu padrões mínimos de atuação na área.

Resultados:

O trabalho desempenhado no ano de 2013 na área da educação resultou na celebração de 17 Termos de Ajustamento de Conduta visando a melhoria da qualidade de ensino aos estudantes mato grossenses, com foco no acesso à escola aos alunos especiais, qualificação do profissional, disponibilização de vagas e transporte escolar adequado.

Em prol do consumidor, 222 procedimentos investigatórios foram instaurados, culminando na celebração de 117 Termos de Ajustamento de Conduta coibindo a execução praticas abusivas e descumprimento das normas de vigilância sanitária.

Na área da saúde, 492 procedimentos investigatórios foram instaurados, 172 notificações recomendatórias expedidas e 48 Termos de Ajustamento de Conduta celebrados para abastecimento da farmácia básica, adequação às normas de vigilância sanitária, fornecimento de tratamento de saúde entre outras necessidade da população.

Principais restrições e providências adotadas:

O gerenciamento mensalmente das ações promovidas pelas Promotorias de Justiça da Cidadania e do Consumidor, possibilitou a condução das prioridades institucionais.

Outros aspectos relevantes:

Nada a observar

Outros produtos entregues:

Nada a observar

Recomendações da Unidade responsável pelo programa:

Nada a observar



Estado de Mato Grosso

Avaliação das Ações do Programa

Ação:	5165-Defesa dos Direitos do Cidadão à Educação
Programa de Governo:	287-Defesa da Cidadania e Respeito aos Direitos do Cidadão
Exercício:	2013
Tipo de Ação:	
Unidade Responsável:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Objetivo Específico:	Zelar pela efetivação, de forma universal e democrática das políticas na área de educação.
Produto:	Ação ministerial proposta
Unidade de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	Edmilson da Costa Pereira

META FÍSICA

Região de Planejamento	Meta
ESTADO	67,00
Total:	67,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
60,00	60,00	67,00	111,67	111,67

Análise da Meta Física:

O plano de ação de 2013 com foco na educação foi executado dentro do planejado, várias medidas foram realizadas visando resguardar a estrutura física dos prédios escolares, acessibilidade, merenda e transporte escolar adequado.

Quanto ao custo individualizado de cada ação, as dificuldades apontadas nos anos anteriores persistem, vez que nas Promotorias de Justiça, boa parte dos custos foram alocados no Programa de Apoio Administrativo.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	120.000,00	41.650,76	41.450,76	0,00	34,54	99,52
Total	120.000,00	41.650,76	41.450,76	0,00	34,54	99,52

Capacidade de Planejamento - PPD:

Capacidade de Planejamento - PPD:

Não se fez necessário a utilização da totalidade dos recursos financeiros disponíveis, uma vez que a utilização do meio eletrônico foi priorizado, diminuindo o custo operacional.

Capacidade de Execução - COFD:

Capacidade de Execução - COFD:

O desempenho na execução financeira foi realizado dentro dos prazos estabelecidos, justifica-se a não utilização do valor total inicialmente previsto em virtude da reprogramação das ações que envolviam custo direto e priorização das ações que demandaram atuação jurídica cujas despesas correntes estão previstas nos custos de apoio administrativo-pessoal.

Alcance do Objetivo Específico:

Alcance do Objetivo Específico:

Apesar de todo recurso financeiro disponível não ter sido utilizado em sua totalidade, a meta inicialmente estabelecida foi alcançada e ultrapassada.

Outros aspectos relevantes:

Nada a Observar



Estado de Mato Grosso

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Nada a Observar



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO ANALÍTICO DA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Exercício:	2013
Programa:	316-Efetividade da Legislação Penal
Objetivo Estratégico do PPA:	10-Expandir a atividade econômica com agregação de valor à produção local
Tipo de Programa:	Finalístico
Origem do Programa:	A deficiente mensuração dos resultados atuais do Ministério Público, que tem causa na falta de informações criminais que permitam a instituição, conhecer e avaliar a eficiência, eficácia e efetividade de seus serviços, e estabelecer um planejamento estratégico adequado.
Objetivo do Programa:	Melhoria dos indicadores de impacto atuais se dará por meio da implantação do sistema de informações criminais com indicadores de resultados e dados estatísticos, que permitirá realizar diagnósticos acerca do desempenho das atividades na área criminal e adotar as medidas necessárias e adequadas para a satisfação das metas institucionais que venham ser ou tenham sido estabelecidas no planejamento estratégico.
Público Alvo:	SOCIEDADE
Unidade Resp. Programa:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Gestor(a) do Programa:	Mauro Viveiros

INDICADORES						
Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Apurado 2013	Data Apuração
Nº e índice de recursos improvidos contra o pedido do MP Fonte: GEAP	Anual	Percentual	0	0	0,90	31/12/2013
Nº e índice de absolvições plenárias, contrárias ao pedido do MP Fonte: MP	Anual	Percentual	0	5	52,00	31/12/2013
Nº e índice de condenações do juízo singular contrárias ao pedido do mp Fonte: MP	Anual	Percentual	0	.5	1,30	31/12/2013
Nº e índice de estoque de feitos Fonte: MP	Anual	Percentual	0	30		
Nº e índice de impronúncias contrárias ao pedido do MP Fonte: MP	Anual	Percentual	0	1	8,50	31/12/2013
Nº e índice de arquivamento de inquéritos policiais por não identificação de autoria Fonte: MP	Anual	Percentual	0	10	23,50	31/12/2013
Nº e índice de absolvições singulares contra o pedido do MP Fonte: GEAP	Anual	Percentual	0	2	54,20	31/12/2013
Nº e índice de condenações plenárias, contrárias ao pedido do MP Fonte: GEAP	Anual	Percentual	0	.5	0,00	31/12/2013
Nº e índice de recursos providos conforme o pedido do MP Fonte: GEAP	Anual	Percentual	0	80	0,90	31/12/2013
Nº e índice de absolvições sumárias contrárias ao pedido do MP Fonte: MP	Anual	Percentual	0	1	1,10	31/12/2013
Nº e índice de redução de processos com pronúncias superiores a 4 anos Fonte: GEAP	Anual	Percentual	0	100		
Nº e índice de prescrição da pretensão punitiva Fonte: GEAP	Anual	Percentual	0	2	1,10	31/12/2013

Análise de Indicadores do Programa:

Os indicadores nºs 2 e 9 não foram implantados. O primeiro por que pretende mensurar dado (pronúncias) em determinado período de tempo (4 anos) o que ainda não é permitido pelo sistema e o segundo por que dependente da inclusão de complemento na Tabela de Taxonomia adotada pelo Conselho Superior do Ministério Público o que ainda não foi aprovado.



Estado de Mato Grosso

ANÁLISE DO DESEMPENHO DO PROGRAMA

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	120.000,00	149.211,48	149.211,48	0,00	124,34	100,00
161	0,00	571.313,91	471.438,63	0,00	0,00	82,52
Total	120.000,00	720.525,39	620.650,11	0,00	517,21	86,14

Execução:

A classificação "Altamente Deficiente" constante na régua de parâmetros resultou do fato de que houve a integração de recurso proveniente da realização de convênio firmado entre a Procuradoria de Justiça e o Ministério da Justiça com a finalidade de estruturar uma Central de Fiscalização do cumprimento de penas e medidas alternativas, coordenada pelo Ministério Público de Mato Grosso com formação de equipe multidisciplinar.

Resultados:

Os resultados esperados ao final da implementação da ação que diz com a Implantação do Sistema de Gestão por Indicadores, já se fazem notar tendo em vista que está concretizada com 100 indicadores analisados, testados e implantados, capazes que realizar diagnósticos precisos acerca da atuação ministerial em determinado período, em determinadas (s) Promotoria (s) e/ou Comarca (s). Resulta na geração de relatórios capazes de avaliar periodicamente em determinado espaço ou em todo estado, a atuação dos membros atuantes de forma a ensejar o Planejamento e a fixação de metas aptas a otimizar a atuação dos avaliados. Igualmente foi implantado um Cadastro de Acusados de Tráfico, que traz como produto, um perfil do traficante que atua no Estado, seus antecedentes, a forma de atuação, a natureza e quantidade da droga apreendida, os antecedentes e outros dados como bens apreendidos, dentre outros. Igualmente foi otimizada a ação que pretende fiscalizar o cumprimento das penas e medidas alternativas, através da criação de uma Central de Fiscalização do cumprimento das penas dessa natureza.

Em relação à ação 5018-Implantação do Modelo de Fiscalização da Execução Penal, iniciou-se a sua implementação com a instalação de dois Núcleos de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas, sendo um em Rondonópolis e o outro na Capital. Trata-se de uma Central coordenada pelo Ministério Público de Mato Grosso com formação de equipe multidisciplinar que, além de realizar os trabalhos específicos de fiscalização de penas alternativas, implementa mecanismos eficientes para acompanhamento em cada localidade, possibilitando uma ação integrada entre os órgãos com a comunidade, minorando recorrentes casos de prescrição da pretensão executória diante da ineficiência estatal na fiscalização da execução das penas e medidas alternativas. A interdisciplinaridade deste acompanhamento estimulará a ressocialização dos beneficiários, reduzindo os níveis de reincidência nos crimes de baixo e médio potencial ofensivo. Os Núcleos promovem acompanhamento psicossocial com ênfase na prática do trabalho: dentre as atividades das equipes técnicas, realizam tentativas de se estabelecer parcerias junto às respectivas Secretarias de Assistência de promoção Social do Estado e respectivos Municípios envolvidos no intuito de propiciar a valorização da mão-de-obra dos beneficiários e sua inserção no mercado de trabalho local. Tais objetivos são estendidos a entidades não governamentais e às empresas locais, conscientizando os empregadores da importância da colocação dos assistidos no mercado de trabalho como fator de reincidência e reintegração social. Igualmente é realizado o acompanhamento psicossocial com ênfase na prática da educação: os núcleos devidamente instalados estabelecem contato com as Secretarias de Educação do Estado ou dos respectivos Municípios, além de outras entidades de ensino com (SESI, SENAI etc), com vistas à matrícula dos cumpridores de penas alternativas nos cursos compatíveis oferecidos, atentando para eventuais oportunidades no ensino profissionalizante, em sendo o caso, tudo com vistas à reintegração social; a adesão dos autores do fato poderão ser obtidas, dentre outras formas, por meio de atendimentos psicossociais, entrevistas, incentivos ao estudo ou esclarecimentos jurídicos. O acompanhamento psicossocial é efetuado com ênfase na prática de tratamento em saúde mental onde o encaminhamento do cumpridor da medida à respectiva Secretaria Municipal de Saúde para encaminhamento médico por vezes faz-se necessário. Até o presente momento foram efetuados 177 (cento e setenta e sete) atendimentos.

Principais restrições e providências adotadas:

Outros aspectos relevantes:

Outros produtos entregues:

Recomendações da Unidade responsável pelo programa:



Estado de Mato Grosso

Avaliação das Ações do Programa

Ação:	5018-Implantação do Modelo de Fiscalização da Execução Penal
Programa de Governo:	316-Efetividade da Legislação Penal
Exercício:	2013
Tipo de Ação:	
Unidade Responsável:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Objetivo Específico:	Estruturar uma central de fiscalização e acompanhamento da execução de penas e medidas alternativas, visando contribuir para maior dignidade e a reinserção social dos beneficiários, através de um modelo de equipe interdisciplinar no atendimento e fiscalização dos reeducandos.
Produto:	Ação mantida
Unidade de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	Mauro Viveiros

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	2,00
Total:	2,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
40,00	40,00	2,00	5,00	5,00

Análise da Meta Física:

A classificação "Altamente Deficiente" constante na régua de parâmetros resultou do fato de que houve a integração de recurso proveniente da realização de convênio firmado entre a Procuradoria de Justiça e o Ministério da Justiça com a finalidade de estruturar uma Central de Fiscalização do cumprimento de penas e medidas alternativas, coordenada pelo Ministério Público de Mato Grosso com formação de equipe multidisciplinar.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	120.000,00	149.211,48	149.211,48	0,00	124,34	100,00
161	0,00	571.313,91	471.438,63	0,00	0,00	82,52
Total	120.000,00	720.525,39	620.650,11	0,00	517,21	86,14

Capacidade de Planejamento - PPD:

A classificação "Altamente Deficiente" constante na régua de parâmetros resultou do fato de que houve a integração de recurso proveniente da realização de convênio firmado entre a Procuradoria de Justiça e o Ministério da Justiça com a finalidade de estruturar uma Central de Fiscalização do cumprimento de penas e medidas alternativas, coordenada pelo Ministério Público de Mato Grosso com formação de equipe multidisciplinar. Foram implementados 2 Núcleos de Acompanhamento que se encontram em pleno funcionamento.

Capacidade de Execução - COFD:



Estado de Mato Grosso

O objetivo da ação vem sendo alcançado na medida em que já ocorreu a instalação de dois Núcleos de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas, um em Rondonópolis e o outro na Capital. Trata-se de uma Central coordenada pelo Ministério Público de Mato Grosso com formação de equipe multidisciplinar que, além de realizar os trabalhos específicos de fiscalização de penas alternativas, implementa mecanismos eficientes para acompanhamento em cada localidade, possibilitando uma ação integrada entre os órgãos com a comunidade, minorando recorrentes casos de prescrição da pretensão executória diante da ineficiência estatal na fiscalização da execução das penas e medidas alternativas. A interdisciplinaridade deste acompanhamento estimula a ressocialização dos beneficiários, reduzindo os níveis de reincidência nos crimes de baixo e médio potencial ofensivo. Os Núcleos promovem acompanhamento psicossocial com ênfase na prática do trabalho: dentre as atividades das equipes técnicas, realizam tentativas de se estabelecer parcerias junto às respectivas Secretarias de Assistência de promoção Social do Estado e respectivos Municípios envolvidos no intuito de propiciar a valorização da mão-de-obra dos beneficiários e sua inserção no mercado de trabalho local. Tais objetivos são estendidos a entidades não governamentais e às empresas locais, conscientizando os empregadores da importância da colocação dos assistidos no mercado de trabalho como fator de reincidência e reintegração social. Igualmente é realizado o acompanhamento psicossocial com ênfase na prática da educação: os núcleos devidamente instalados estabelecem contato com as Secretarias de Educação do Estado ou dos respectivos Municípios, além de outras entidades de ensino como SESI, SENAI etc., com vistas à matrícula dos cumpridores de penas alternativas nos cursos compatíveis oferecidos, atentando para eventuais oportunidades no ensino profissionalizante, em sendo o caso, tudo com vistas à reintegração social; a adesão dos autores do fato poderão ser obtidas, dentre outras formas, por meio de atendimentos psicossociais, entrevistas, incentivos ao estudo ou esclarecimentos jurídicos. O acompanhamento psicossocial é efetuado com ênfase na prática de tratamento em saúde mental: com a entrevista psicossocial faz-se possível, se for o caso, o encaminhamento do cumpridor da medida à respectiva Secretaria Municipal de saúde para encaminhamento médico. Foram realizados até momento, 177 (cento e setenta e sete) atendimentos.

Alcance do Objetivo Específico:

Outros aspectos relevantes:

Recomendações da Unidade responsável pela ação:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO ANALÍTICO DA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Exercício:	2013
Programa:	331-Defesa Ambiental e Organização das Cidades
Objetivo Estratégico do PPA:	01-Melhorar a conservação ambiental dos biomas Mato-grossenses e as práticas sustentáveis de uso dos recursos naturais
Tipo de Programa:	Finalístico
Origem do Programa:	A utilização inadequada dos recursos naturais e o crescimento desordenado das cidades, aliados a falta de implementação de Políticas Públicas voltadas para a proteção do meio ambiente natural e urbano, geram graves problemas que serão suportados não apenas pela presente geração, mas também, pelas futuras. São típicos exemplos poluição dos recursos hídricos, degradação da cobertura vegetal, acúmulo de resíduos sólidos e exclusão social decorrente da ausência de regularização fundiária.
Objetivo do Programa:	Atuar visando a proteção do patrimônio natural e a organização dos espaços habitáveis, de modo a propiciar melhores condições de vida à coletividade
Público Alvo:	Sociedade
Unidade Resp. Programa:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Gestor(a) do Programa:	Luiz Alberto Esteves Scaloppe

INDICADORES						
Descrição	Prioridade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Apurado 2013	Data Apuração
Índice de focos de calor Fonte: CPTEC/INPE	Anual	Percentual	260130	156078	101.479,00	31/12/2013
Índice de municípios com aterro sanitário licenciado Fonte: SEPLAN/MT	Anual	Percentual	8	60	10,00	31/12/2013

Análise de Indicadores do Programa:

O Ministério Público vem acompanhando os índices de focos de calor do Estado de Mato Grosso, numa perspectiva de buscar a redução das queimadas urbanas e rurais por meio de ações preventivas, especialmente de educação ambiental, e de ações repressivas. Quanto ao índice de focos de calor apurados em 2013 (informações obtidas junto ao Instituto de Pesquisas Espaciais - INPE), apesar de ainda ser expressivo no Estado de Mato Grosso, percebe-se uma considerável redução em comparação ao ano anterior (2012), o que é resultado de ações preventivas e educativas que vem sendo realizadas no âmbito ministerial, e também pelo Poder Público. Visando tal desiderato, o Ministério Público vem envidando esforços para estimular ações educativas e que promovam o combate preventivo e repressivo de queimadas. Exemplo disso é o Projeto "Diário de Queimadas" desenvolvido pela Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa Ambiental e Ordem Urbanística que, mediante a criação de pioneiro software, a partir de base livre, com programação em PHP, efetuou o monitoramento remoto das queimadas em todo o Estado de Mato Grosso durante o período proibitivo (de 15/07/2013 a 15/09/2013). Nesse período, foi detectado o total de 34.529 focos de calor que, por sua vez, geraram procedimentos administrativos encaminhados aos Promotores de Justiça competentes para a adoção das providências cabíveis.

Ainda, tem-se a parceria "Mato Grosso unido contra as queimadas", celebrada ao final de 2011, cujos efeitos das ações educativas perduram até os dias atuais, contando com o apoio do Tribunal de Justiça, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas do Estado, Associação Mato-grossense dos Municípios e Poder Executivo Estadual.

Com o fim de buscar uma redução ainda maior desses índices de focos de calor, bem como, uma atuação eficiente das entidades do Poder Público responsáveis pelo combate às queimadas, a Procuradoria de Justiça Especializada vem acompanhando diretamente o trabalho do Batalhão Ambiental da Polícia Militar e também do Corpo de Bombeiros, promovendo, inclusive, uma aproximação entre os Promotores de Justiça e as referidas instituições, para que atuem de forma coesa e integrada nas diversas questões referentes à proteção ambiental, inclusive às queimadas.

No que tange ao índice de Municípios com aterro sanitário licenciado, foi apurado junto à Gerência de Resíduos Sólidos, da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, que até o final de 2013 somente os seguintes Municípios apresentavam aterros sanitários com Licença de Operação: Colíder (LO válida até 27/04/2015), Cotriguaçu (LO válida até 22/05/2015); o aterro privado CGR de Cuiabá (LO válida até 2016); Ipiranga do Norte (LO válida até 2016); Juína (LO válida até 17/11/2014); Lucas do Rio Verde (LO válida até 2016); Nova Mutum (LO válida até 2016); Sorriso (LO válida até 2016); Tapurah (LO válida até 2016) e Vera (LO válida até 2016). Os demais municípios do Estado não possuem aterros sanitários licenciados junto ao órgão ambiental.

Desta feita, considerando a necessidade de exigir que os Municípios pleiteiem junto à SEMA a renovação da Licença de Operação dos aterros já em funcionamento, assim como, que atendam às exigências do órgão ambiental para que obtenham o devido licenciamento daqueles aterros que ainda não a possuem, esta Procuradoria de Justiça Especializada vem mantendo contato (pessoal, telefônico e por e-mail) com os Promotores de Justiça das respectivas comarcas, para que também acompanhem ativamente a atuação do Poder Público Municipal, oficiando-os para que se ajustem o mais rápido possível às normas ambientais referentes à gestão dos resíduos sólidos, valendo-se de meios extrajudiciais e judiciais para tanto.

Ademais, o acompanhamento in loco também vem sendo realizado pela assessoria técnica em Biologia, desta Especializada, tendo sido produzido laudos referentes à disposição irregular de resíduos sólidos em áreas de preservação permanente (APP) no Município de Cuiabá. Destaque-se que o auxílio da assessoria técnica em Biologia vem sendo ofertado aos Promotores de Justiça atuantes na área ambiental a fim de instruir suas investigações em curso e subsidiar eventuais medidas extrajudiciais, como a celebração de TAC, com informações técnicas a respeito da situação dos resíduos sólidos em cada Município.



Estado de Mato Grosso

ANÁLISE DO DESEMPENHO DO PROGRAMA

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	120.000,00	119.450,00	104.065,01	0,00	86,72	87,12
Total	120.000,00	119.450,00	104.065,01	0,00	86,72	87,12

Execução:

No tocante ao Programa em comento, a previsão de execução orçamentária e financeira consistiu, sinteticamente, em (1) capacitação de membros e servidores da assessoria em temas referentes à proteção do meio ambiente natural e organização das cidades e (2) formação de quadro especializado para assessorar em assuntos da área da Biologia, Arquitetura e Informática (este último, especialmente no que se refere à captação de imagens georreferenciadas).

Importante destacar que houve compatibilidade entre a dotação inicialmente prevista e a projeção das despesas realizadas. Os recursos humanos e materiais, bem como a realização de eventos e grupos de estudos e debates permanecem sendo implementados.

Quanto à infraestrutura necessária para a execução do programa, é de se registrar que há salas suficientes, porém a mesma continua sendo implementada de acordo com as necessidades de execução do programa.

No que concerne ao cumprimento das metas físicas, observa-se que, muito embora não tenha sido utilizado todo o recurso orçamentário destinado ao programa, a Procuradoria de Justiça Especializada vem atuando de forma satisfatória em busca do alcance das metas ora estipuladas, sempre visando uma atuação conjunta e auxiliar aos Promotores de Justiça.

Resultados:

A efetividade do programa tem se mostrado satisfatória, mediante uma atuação ministerial forte e presente em diversas frentes de trabalho referentes à defesa ambiental e urbanística, especialmente as eleitas aqui como prioritárias, seja em âmbito judicial, como extrajudicial.

Durante o exercício de 2013, destaca-se a participação da Procuradoria Especializada em diversos Conselhos e Comissões da área ambiental (tais como: Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA; Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Mato Grosso - CIEA/MT; Câmara Setorial de Agrotóxicos - CSA/INDEA; Rede Latino Americana de Ministério Público Ambiental; etc.), bem como, a escolha do Ministério Público do Estado de Mato Grosso e Cuiabá para sediarem o XIV Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente, a ser realizado no segundo semestre de 2014 em parceria com a Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente - ABRAMPA, resultado da atuação direta da Procuradoria Especializada através das ações voltadas para a defesa do meio ambiente e da ordem urbanística, inclusive, mediante a organização e realização com êxito de vários eventos atinentes à área em anos anteriores.

Ademais, em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPA) da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso, foram criados, de forma inovadora, dois Cursos de Especialização, sendo um em Direito Ambiental (CEDA) e outro em Direito Ambiental e Urbanístico (CEDAU), ambos oferecidos gratuitamente aos Promotores de Justiça e agentes públicos, e um curso de Especialização em Direito Ambiental (CEDA2) autofinanciável oferecido para a sociedade em geral, visando a capacitação de membros e servidores do Ministério Público atuantes na área ambiental e urbanística.

No decorrer de 2013, na área da Biologia, foram realizados 22 (vinte e dois) Laudos Técnicos que abrangeram 06 (seis) Municípios (Cuiabá, Várzea Grande, Canarana, Nortelândia, Arenápolis e Santo Antônio do Leverger). Os procedimentos variam entre Laudos de Vistoria, Perícias em parceria com o Centro de Apoio Operacional do Ministério Público (CAOP) e Pareceres Técnicos sobre relatórios e imagens enviadas. Os procedimentos são referentes à disposição irregular de resíduos sólidos, desmatamento, processos erosivos e áreas degradadas, poluição hídrica, alterações ambientais, abandono de áreas, aterramento de nascentes, poluição visual, ocupação irregular de Áreas de Preservação Permanente (APP) e agrotóxicos.

Na área do Urbanismo, no decorrer do ano de 2013, foram realizadas dezoito 20 (vinte) vistorias e laudos técnicos de apoio, atendendo às demandas dos Promotores de Justiça, referentes à: (1) verificação das condições de acessibilidade e adequação às normas urbanísticas, com elaboração de laudo técnico detalhado; (2) análise e elaboração de relatório técnico detalhado referente à adequação de Estudos de Impacto de Vizinhança/Relatório de Impacto de Vizinhança (EIV/RIV) às normas urbanísticas de empreendimentos e operações urbanas consorciadas; (3) participação em audiências públicas sobre empreendimentos e operações urbanas consorciadas.

Ainda, foram realizados atendimentos aos Promotores de Justiça com atuação na área, com o fim de esclarecer questões técnicas de urbanismo e auxiliar nas demandas respectivas, por meio de telefone, e-mail e visitas ao gabinete.

Contribuiu-se também na elaboração do Relatório de Fiscalização Conjunta MPE-CAU/MT, cujo objetivo consistia na identificação de infrações ao Código de Obras e Posturas de Cuiabá, e na elaboração de Relatório da análise da governança metropolitana na gestão das Funções Públicas de Interesse Comum - Uso do Solo, Transporte e Saneamento - na Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá.

Por derradeiro, foram elaboradas, pelo apoio informático e de imagens 635 (seiscentos e trinta e cinco) imagens de georreferenciamento, de áreas urbanas e rurais, referentes às dinâmicas de ocupações irregulares, desmatamento, queimadas, degradação, alteração ambiental e identificação de proprietários no meio ambiente rural e urbano.

Principais restrições e providências adotadas:

Não há restrições e providências a serem mencionadas.

Outros aspectos relevantes:

Não há outros aspectos relevantes.

Outros produtos entregues:

Não há outros produtos entregues.

Recomendações da Unidade responsável pelo programa:

Não há recomendações da unidade.



Estado de Mato Grosso



Estado de Mato Grosso

Avaliação das Ações do Programa

Ação:	5127-Controle da Qualidade do Meio Ambiente Natural
Programa de Governo:	331-Defesa Ambiental e Organização das Cidades
Exercício:	2013
Tipo de Ação:	
Unidade Responsável:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Objetivo Específico:	Atuar visando a proteção dos recursos naturais.
Produto:	Ação ministerial proposta
Unidade de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	Luiz Alberto Esteves Scaloppe

META FÍSICA

Região de Planejamento	Meta
ESTADO	5,00
Total:	5,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
5,00	5,00	5,00	100,00	100,00

Análise da Meta Física:

As medidas inicialmente planejadas e executadas, assim como as ações promovidas pelos Promotores de Justiça com atribuições nas áreas ambiental e urbanística, além de acarretar a responsabilização dos infratores ambientais e, por conseguinte, a reparação dos danos perpetrados, propiciou, além de tudo, importante fomento à educação ambiental.

No período fonte de pesquisa (janeiro a dezembro de 2013), o Ministério Público, além da cotidiana atuação judicial (ora como autor, ora fiscal da lei), celebrou 414 (quatrocentos e quatorze) Termos de Ajustamento de Conduta relativos à área ambiental e urbanística, sendo 327 (trezentos e vinte e sete) referentes ao meio ambiente natural e 87 (oitenta e sete) referentes ao meio ambiente urbano.

Ademais, foram realizadas perícias técnicas referentes à ocupação ilegal e desmate de APP, poluição de corpos hídricos, aterramentos de nascentes, etc., visando instruir e subsidiar a propositura de ações de responsabilização, em caso de dano ao meio ambiente natural, a cargo dos Promotores de Justiça.

Por fim, destaque-se a atuação da Procuradoria Especializada em ações de capacitação de membros e servidores.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	60.000,00	118.950,00	103.565,01	0,00	172,61	87,07
Total	60.000,00	118.950,00	103.565,01	0,00	172,61	87,07

Capacidade de Planejamento - PPD:

A dotação orçamentária inicialmente prevista para o exercício 2013 foi destinada ao custeio de diárias, passagens e despesas com locomoção, para a participação em cursos e capacitações, bem como, para a realização de perícias técnicas ambientais e, ainda, à participação em outros eventos relacionados à matéria ambiental.

Por derradeiro, destaque-se a aquisição de material permanente, consistente na compra de uma caminhonete, para atender as muitas atividades externas, tendo em vista a necessidade de deslocamento de peritos para realizar vistorias e diligências nas áreas de biologia e arquitetura. Ressalte-se que a aquisição da caminhonete foi realizada através da utilização da dotação prevista para a Ação 5128, juntamente com a dotação prevista para a Ação 5127, visto que tal material permanente se prestará a atender as metas previstas para ambas as ações, o que justifica a combinação das dotações.

Observa-se, portanto, que as dotações autorizadas na LOA foram suficientes para a realização das metas previstas, uma vez que o órgão está efetivamente projetando as despesas necessárias, mormente ao se considerar que os recursos inicialmente previstos refletiram a real necessidade da ação.

Embora os recursos não tenham sido gastos por completo, vê-se que a previsão do orçamento foi realizada corretamente na oportunidade de elaboração e fixação de metas do Programa.

Capacidade de Execução - COFD:



Estado de Mato Grosso

Os gastos foram realizados dentro dos limites fixados para a dotação orçamentária anual. O desempenho apurado no COFD justifica o êxito da execução, diante dos resultados apresentados no quadro de realização orçamentária e financeira, de modo que restou demonstrada uma capacidade de execução satisfatória, atendendo integralmente ao planejamento em curso, e evidenciando a conformidade entre o planejado e o executado.

O nível de atingimento dos objetivos específicos demonstra que o Ministério Público vem atuando satisfatoriamente nas áreas ambiental e urbanística, através dos Promotores de Justiça e da Procuradoria de Justiça Especializada. Não obstante a correta projeção das despesas, a execução das medidas adotadas para a consecução dos objetivos específicos não exigiu a aplicação da dotação inicial em sua totalidade.

Alcance do Objetivo Específico:

O nível de atingimento dos objetivos específicos demonstra que o Ministério Público vem atuando satisfatoriamente nas áreas ambiental e urbanística, através dos Promotores de Justiça e da Procuradoria de Justiça Especializada. Não obstante a correta projeção das despesas, a execução das medidas adotadas para a consecução dos objetivos específicos não exigiu a aplicação da dotação inicial em sua totalidade.

Outros aspectos relevantes:

Não há outros aspectos relevantes.

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Não há recomendações da unidade.

Ação:	5128-Organização e Sustentabilidade das Cidades Mato-Grossenses
Programa de Governo:	331-Defesa Ambiental e Organização das Cidades
Exercício:	2013
Tipo de Ação:	
Unidade Responsável:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Objetivo Específico:	Atuar visando a proteção dos recursos naturais.
Produto:	Ação ministerial proposta
Unidade de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	Luiz Alberto Esteves Scaloppe

META FÍSICA

Região de Planejamento	Meta
ESTADO	4,00
Total:	4,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
5,00	5,00	4,00	80,00	80,00

Análise da Meta Física:

O Ministério Público Estadual, visando atingir os fins previstos, atuou de maneira integrada em todo o Estado.

As medidas inicialmente planejadas e executadas, assim como as ações promovidas pelos Promotores de Justiça com atribuição na área urbanística, além de acarretar a responsabilização dos infratores e, por conseguinte, a reparação dos danos perpetrados, propiciou, além de tudo, importante fomento à educação ambiental.

No período fonte de pesquisa (janeiro a dezembro de 2013), o Ministério Público, além da quotidiana atuação judicial (ora como autor, ora como fiscal da lei), celebrou 414 (quatrocentos e quatorze) Termos de Ajustamento de Conduta relativos à área ambiental e urbanística, sendo 327 (trezentos e vinte e sete) referentes ao meio ambiente natural e 87 (oitenta e sete) referentes ao meio ambiente urbano.

Ademais, foram realizadas as perícias técnicas mencionadas anteriormente, referentes à ocupação ilegal e desmate de APP's em zonas urbanas (não só nas rurais), poluição de corpos hídricos, aterramentos de nascentes, etc., visando instruir e subsidiar a propositura de ações de responsabilização, em caso de dano ao meio ambiente natural, a cargo dos Promotores de Justiça. O mesmo deu-se em relação à ordem urbanística, eis que foram realizadas atividades de capacitação e conscientização, conforme mencionado alhures, bem como, ações de vistoria e elaboração de laudos técnicos urbanísticos, subsidiando, assim, a atuação dos Promotores de Justiça em questões acerca da sustentabilidade das cidades e adequação às normas urbanísticas.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO



Estado de Mato Grosso

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	60.000,00	500,00	500,00	0,00	0,83	100,00
Total	60.000,00	500,00	500,00	0,00	0,83	100,00

Capacidade de Planejamento - PPD:

A dotação orçamentária inicialmente prevista para o exercício 2013 foi destinada ao custeio de material e diárias para custear participação institucional em eventos de capacitação.

Por derradeiro, destaque-se a aquisição de material permanente, consistente na compra de uma caminhonete, para atender as muitas atividades externas, tendo em vista a necessidade de deslocamento de peritos para realizar vistorias e diligências nas áreas de biologia e arquitetura. Ressalte-se que a aquisição da caminhonete foi realizada através da utilização da dotação prevista para a Ação 5128, juntamente com a dotação prevista para a Ação 5127, visto que tal material permanente se prestará a atender as metas previstas para ambas as ações, o que justifica a combinação das dotações.

Embora os recursos não tenham sido gastos por completo, vê-se que a previsão do orçamento foi realizada corretamente na oportunidade de elaboração e fixação de metas da Ação. A discrepância entre a dotação inicial em relação ao valor empenhado ocorreu devido à concentração de recursos em uma única ação do Programa, portanto a aparente classificação altamente deficiente, não procede, uma vez que é objetiva e não oportuniza outro parâmetro de análise. Pois a capacidade de planejamento está contemplada, sendo que a definição altamente deficiente ocorreu apenas pelo fato de ter realizado por questão de replanejamento financeiro e gestão de aplicação do recurso em uma única ação.

Capacidade de Execução - COFD:

O desempenho apurado no COFD evidencia o êxito da execução. Em relação a programação orçamentária-financeira, não houve óbice à execução dos recursos, que foram devidamente liberados de acordo com a programação.

Os resultados apresentados no quadro da realização orçamentária e financeira demonstram uma capacidade de execução satisfatória, atendendo integralmente ao planejamento em curso, havendo uma conformidade entre as ações planejadas e as executadas.

Alcance do Objetivo Específico:

O nível de atingimento dos objetivos específicos demonstra que o Ministério Público vem atuando satisfatoriamente nas áreas ambiental e urbanística, através dos Promotores de Justiça e da Procuradoria de Justiça Especializada.

Não obstante a correta projeção das despesas, a execução das medidas adotadas para a consecução dos objetivos específicos não exigiu a aplicação da dotação inicial em sua totalidade.

Outros aspectos relevantes:

Não há outros aspectos relevantes a serem mencionados.

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Não há recomendações da unidade.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO ANALÍTICO DA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Exercício:	2013
Programa:	332-Defesa da Probidade Administrativa e do Patrimônio Público
Objetivo Estratégico do PPA:	07-Reduzir a violência e a insegurança do cidadão
Tipo de Programa:	Finalístico
Origem do Programa:	Índices de eficiência das ações judiciais e extrajudiciais, na defesa da probidade administrativa e do patrimônio público, não satisfatórios.
Objetivo do Programa:	Defender a probidade administrativa e o patrimônio público, através da melhoria da eficiência das ações judiciais e extrajudiciais na área
Público Alvo:	sociedade
Unidade Resp. Programa:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Gestor(a) do Programa:	Silvana Correa Vianna

INDICADORES						
Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Apurado 2013	Data Apuração
Ações exitosas em segunda instância Fonte: GEAP	Anual	Percentual	64	72	80,46	31/12/2013
Termos de ajustamento de conduta (tac) cumpridos do total de tacs com termo final vencido no ano. Fonte: MP	Anual	Percentual	81	89	86,36	31/12/2013
Ações decididas procedentes ou parcialmente procedentes Fonte: GEAP	Anual	Percentual	52	60	50,00	31/12/2013

Análise de Indicadores do Programa:

Observa-se na análise dos indicadores de Termo de Ajustamento de Conduta e de Ações exitosas em segunda instância o fiel cumprimento da meta de resultado fixada para o exercício de 2013 (aumentar em 2% a eficiência das ações extrajudiciais e judiciais). O resultado apresentado ao final de 2013 para esses indicadores superou as expectativas.

Quanto aos indicadores de sucesso da atuação ministerial em primeira instância - ações decididas procedentes ou parcialmente procedentes - o decréscimo em percentual não significa decréscimo em efetividade e eficácia do serviço prestado à população, uma vez que as sentenças de primeiro grau sujeitam-se a recursos, tendo, pois, o resultado alcançado pelo Ministério Público, em segunda instância, superado as expectativas, conforme acima registrado.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DO PROGRAMA

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	120.000,00	38.950,00	38.950,00	0,00	32,46	100,00
Total	120.000,00	38.950,00	38.950,00	0,00	32,46	100,00

Execução:

Não foi necessária a utilização integral dos recursos para a realização das ações que justificaram a dotação inicial da LOA. A régua de parâmetros classifica o planejamento e programação da despesa como altamente deficiente, apesar dessa classificação, a não utilização da totalidade dos recursos disponíveis em nada compromete a atuação dos órgãos de execução do Ministério Público. Os recursos foram devidamente liberados em fluxo compatível com a programação, sem atrasos e contingências. Também não houve a necessidade de créditos orçamentários adicionais, resultando no desempenho apurado de 100% da capacidade de executar financeiramente o orçamento.

Resultados:

As ações executadas neste programa permitiu melhorar a eficácia das ações ministeriais, no sentido de buscar a responsabilização dos agentes ímprobos que de certa forma lesam o erário acarretando danos à coisa pública, através do aumento do número de ações civis públicas de responsabilidade por ato de improbidade propostas.

Por outro lado, foi necessário otimizar a eficiência dos recursos humanos com capacitações, desenvolvimento, troca de experiências e treinamento dos representantes do Ministério Público na área da disciplina de Processo Civil, com ênfase na área especializada de defesa do patrimônio público e da probidade administrativa, através da promoção de curso de aperfeiçoamento funcional ministrado por jurista de renome.



Estado de Mato Grosso

Principais restrições e providências adotadas:

Não foi possível a aplicação da totalidade dos recursos disponíveis na execução do Programa, em função de restrições gerenciais, assim entendidas, a falta de disponibilidade de tempo da gestora para a realização da ação do programa, o que ocorreu face ao elevado número de demandas judiciais com prazos a serem cumpridos e em decorrência de atividades outras postas sob sua responsabilidade (atuação em substituição na Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa da Criança e Adolescente). Em 2013 a gestora do programa manifestou-se em 2582 processos judiciais e concentrou esforços para o cumprimento da Meta 18, instituída pelo CNJ, o que inviabilizou a realização do programa conforme estritamente planejado, porém, estima-se que a ação prevista será efetivamente implementada no exercício de 2014.

Outros aspectos relevantes:

Nada a observar.

Outros produtos entregues:

No exercício de 2013 foram entregues à sociedade outros produtos que não comprometeram a dotação orçamentária prevista, mas que demandaram a efetiva participação da representante da Procuradoria Especializada, como por exemplo, presença em Encontros locais promovidos pelo órgão do Ministério Público ou outro e participação em debates sobre temas afetos à respectiva área de atuação, além da permanente prontidão para responder aos anseios sociais, pessoal ou formalmente.

Recomendações da Unidade responsável pelo programa:

Para a realização completa do programa, há necessidade de redução de atribuições funcionais para que o gestor do programa tenha condições de desenvolver as ações planejadas e previstas na LOA.



Estado de Mato Grosso

Avaliação das Ações do Programa

Ação:	4313-Promoção da Eficiência na Defesa da Probidade Administrativa e do Patrimônio Público
Programa de Governo:	332-Defesa da Probidade Administrativa e do Patrimônio Público
Exercício:	2013
Tipo de Ação:	Atividade
Unidade Responsável:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Objetivo Específico:	Aumentar em 8% a eficiência das ações judiciais e extrajudiciais (TACS) na defesa da probidade administrativa e do patrimônio público.
Produto:	Ação realizada
Unidade de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	Silvana Correa Vianna

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	1,00
Total:	1,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
2,00	1,00	1,00	50,00	100,00

Análise da Meta Física:

O índice apurado no exercício de 2013 atingiu a meta anual fixada de elevar em 2% (dois por cento) a eficiência das ações ministeriais realizadas extrajudicialmente e judicialmente. Em 2012, do total de 41 Termos de Ajustamento de Conduta firmados/homologados, apenas 7 foram cumpridos ou parcialmente cumpridos, somando um percentual de 17% do resultado esperado. Em 2013, do total de 22 Termos de Ajustamento de Conduta firmados/homologados, 19 foram cumpridos ou parcialmente cumpridos, perfazendo um percentual de 86,3% no cumprimento desses ajustes. Na atuação judicial em segunda instância, em 2012, conforme relatório anual de atividades, 76 recursos foram julgados favoráveis ou parcialmente favoráveis ao pedido ministerial, de um total de 219 recursos: um percentual de 34% de provimento ou parcial provimento dos recursos. Em 2013, 103 recursos foram julgados favoráveis ou parcialmente favoráveis ao pedido ministerial, de um total de 128 recursos, dados que denotam o percentual de 80% de provimento ou parcial provimento. Esses dados demonstram o acréscimo em, no mínimo, 2% nos resultados favoráveis alcançados pelo órgão, isto é, um aumento na eficiência das ações ministeriais nas áreas judiciais e extrajudiciais inteiramente conforme o planejado.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	120.000,00	38.950,00	38.950,00	0,00	32,46	100,00
Total	120.000,00	38.950,00	38.950,00	0,00	32,46	100,00

Capacidade de Planejamento - PPD:

Nem todas as despesas previstas inicialmente puderam se concretizar no exercício do ano de 2013 por fatores alheios à vontade do órgão ministerial, porém, estima-se que serão realizadas ainda no exercício de 2014. Embora a classificação tenha sido deficiente, verifica-se que não houve prejuízo na execução da ação e o recurso utilizado nesse projeto foi suficiente para o custeio dos produtos entregues.

Capacidade de Execução - COFD:

Os recursos foram devidamente liberados em fluxo compatível com a programação, sem atrasos e contingências. Também não houve a necessidade de créditos orçamentários adicionais, resultando no desempenho apurado de 100% da capacidade de executar financeiramente o orçamento.

As ações realizadas nesse exercício foram compatíveis com as dotações autorizadas na LOA, não havendo casos de contingenciamento ou anulações. As medidas/tarefas foram adequadas, inclusive economicamente, para o fim proposto.

Alcance do Objetivo Específico:

A diferença entre a capacidade de planejar e a de executar não afetou a busca do objetivo, pois todos os procedimentos realizados contribuíram de forma quantitativa e qualitativa para a busca da responsabilização dos gestores improbos.



Estado de Mato Grosso

Outros aspectos relevantes:

Nada a observar.

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Não foi possível a aplicação da totalidade dos recursos disponíveis na execução do Programa, em função de restrições gerenciais, assim entendidas, a falta de disponibilidade de tempo da gestora para a realização da ação do programa, o que ocorreu face ao elevado número de demandas judiciais com prazos a serem cumpridos e em decorrência de atividades outras postas sob sua responsabilidade (atuação em substituição na Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa da Criança e Adolescente). Em 2013 a gestora do programa manifestou-se em 2582 processos judiciais e concentrou esforços para o cumprimento da Meta 18, instituída pelo CNJ, o que inviabilizou a realização do programa conforme estritamente planejado, porém, estima-se que a ação prevista será efetivamente implementada no exercício de 2014.